

FOR YOU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Rua João de Abreu, 192 Sala 63-64ª - Setor Oeste - CEP 74.120-110 - Goiânia/GO

CNPJ 46.009.412/0001-93

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em consonância com as regras estabelecidas na Resolução BCB no 2/2020, a **For You Sociedade de Credito Direto S.A.**, Instituição individual, está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Demonstrativos compreendidos:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas Explicativas.
- Relatório dos Auditores Independentes

Essas demonstrações tem como objetivo atender ao documento 9010 do Banco Central do Brasil.

Demonstrações divulgadas no site em **31/03/2023**.

A Diretoria da **For You Sociedade de Credito Direto S.A.** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Diretor Responsável
Rubens Rodrigues dos Santos
CPF 310.939.301-87

Túlio Fernando Silva Alves
CRC - GO 026016/O
CPF 032.223.691-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: FOR YOU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Pretendemos para o próximo exercício manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

FOR YOU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ 46.009.412/0001-93

Balço Patrimonial					
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
Ativo			Passivo		
	Notas	31/12/2022		Notas	31/12/2022
Circulante		680	Circulante		89
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	656	Outras obrigações		89
			Diversas		89
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	5	16			
Instrumentos Financeiros Derivativos		16	Patrimônio Líquido	6	591
			Capital Social		1.060
Outros créditos		8	Capital		1.060
Diversos	8	8	Lucros/(prejuízos) Acumulados		(469)
			(-)Prejuízos Acumulados		(469)
Total do Ativo		680	Total do Passivo		680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado		
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira	45	45
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	45	45
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	0	0
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	45	45
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(514)	(514)
Outras despesas administrativas	(507)	(507)
Despesas tributárias	(7)	(7)
Resultado Operacional	(469)	(469)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	(469)	(469)
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
Lucro (Prejuízo) Líquido	(469)	(469)
Lucro (Prejuízo) por ação	(0,4425)	(0,4425)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente		
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(469)	(469)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Período	(469)	(469)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de dezembro 2021	0	0	0	0	0	0	0
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
2 - Aumento de Capital	1060	0	0	0	0	0	1060
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0	0	0	0	-469	-469
4 - Destinações:							
Saldos em 31 de dezembro 2022	1060	0	0	0	0	-469	591
Mutações do Exercício	1060	0	0	0	0	-469	591

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 30 de junho 2022	1000	0	0	0	0	0	1000
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
2 - Aumento de Capital	60	0	0	0	0	0	60
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0	0	0	0	-469	-469
4 - Destinações:							
Saldos em 31 de dezembro 2022	1.060	0	0	0	0	-469	591
Mutações do Semestre	60	0	0	0	0	-469	-409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
1.1 Lucro/Prejuízo do período	(469)	(469)
2. Variação de Ativos e Obrigações	65	65
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	(16)	(16)
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	0	0
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	(8)	(8)
2.4 Outros valores e bens	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	89	89
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	0	0
2.7 Aumento (Redução) Diversos	0	0
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(404)	(404)
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	0	0
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	0	0
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	1.060	1.060
5.1 Depósitos	0	0
5.2 Empréstimos País	0	0
5.3 Dividendos pagos	0	0
5.4 Capital Social/Reservas	1.060	1.060
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	656	656
7. Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	0	0
8. Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício	656	656
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A For You Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Sociedade") fundada em março 2022, é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 16 de março de 2022.

Tem por objeto social a prática de: (i) realização de operações de empréstimo, de financiamento, e de aquisição de direto creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham a origem única de seu capital próprio; (ii) prestação de serviços de análise de crédito e cobrança; (iii) atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas e; (iv) participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, exceto instituições financeiras.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.656/2018, de 25 de abril de 2018, do Banco Central do Brasil ("BACEN").

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN.

A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras, as demonstrações contábeis do período corrente não estão sendo comparadas com o exercício anterior por ser o ano de 2022 o primeiro ano de operação da instituição.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Sociedade, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras de Sociedade foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 31 de março de 2023.

A **For You Sociedade de Crédito Direto S.A.**, avaliou os eventos subsequentes até o dia 31 de março de 2023, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regimento de competência, observando-se critérios “pro-rata” dia para aquelas de natureza financeira.

b) Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Não há estimativas e suas premissas importantes requeridas nessas demonstrações financeiras.

A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos semestralmente conforme determinado pelas regras contábeis.

c) Instrumentos financeiros

Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados

para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

- (iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possuía títulos próprios classificados na categoria descrita no item (iii), e não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas.

d) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

Não há no momento ativos, passivos contingentes e obrigações legais em qualquer situação envolvendo a Sociedade.

e) Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto.

f) Ativo e Passivo circulante e exigível a longo prazo

Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões: uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34, inciso V e §§ 4º e 5º passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Observado esse regramento, salienta-se que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve resultados não recorrentes.

h) Impostos de renda, contribuição social, PIS e COFINS

Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 sobre as bases de apuração anual para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

PIS e COFINS As despesas com PIS e COFINS são calculadas sobre as receitas sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente para as receitas de faturamento e outras receitas operacionais; e, de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas financeiras.

i) Patrimônio líquido a. Capital social

O capital social de R\$ 1.005, está representado por 100.000 (cem mil) ações ordinárias, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito a ser integralizado.

j) Destinações do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a seguinte destinação:

- i) 5% para a reserva legal, até que essa atinja 20% do capital social;
- ii) ii) pelo menos 1% do lucro líquido ajustado, estipulado de acordo com o artigo 202 da Lei da S/A., para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas;
- iii) iii) o saldo deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais a esse respeito.

4. APLICAÇÃO INTERFINANCEIRA DE LIQUIDEZ

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	31/12/2022
Aplicações em Operações Compromissadas	656
Letras Financeiras do Tesouro	656

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	31/12/2022
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	16
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	16

6. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2022
Diversos	89
Provisão para Pagamentos a Efetuar	89

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(valores expressos em reais)

Capital Social

O capital social no ao final do 2º semestre de 2022 era de R\$ 1.060.281,55.

Prejuízos Acumulados

A empresa possui saldo de prejuízos acumulados de R\$ 468.951,02.

8. RESUMO DA DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE

As Sociedades de Crédito Direto – SCD, estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Sociedade. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.

9. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 4966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 altera, a partir da sua vigência, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

Tanto a Lei 14.467/2022 quanto a Resolução 4966/2021 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Instituição.

O Plano de Implementação do referido normativo está segregado em três linhas principais: Constituição de fóruns e comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação foi definido tendo como premissa a divisão do trabalho conforme os tópicos a serem implementados, em atividades a serem cumpridas que vão desde o início de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas complementares a serem emitidas pelo BACEN para adoção de critérios e metodologias opcionais. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados mais adiante, após a definição completa do arcabouço regulatório por parte do Banco Central do Brasil.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findo em 31/12/2022 foi autorizada pelos acionistas da **For You Sociedade de Credito Direto S.A.**, em 31 de março 2023.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionista da
For You Sociedade de Crédito Direto S.A.
Goiânia - GO

Opinião

Examinei as demonstrações contábeis da For You Sociedade de Crédito Direto S.A., em fase pré-operacional, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da For You Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o

exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão previstas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Sociedade de Crédito, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Goiânia/GO., 03 de abril de 2023.

JHEDER JACOB PARREIRA Assinado de forma digital por JHEDER
ROSA:84633654187 JACOB PARREIRA ROSA:84633654187
Dados: 2023.04.03 10:21:08 -03'00'

Jheder Jacob Parreira Rosa

CRC/GO 015220/O-8

CPF 846.336.541-87